Câmara Mun de Pato Branco
Fls. 1

MUNICÍPIO DE
PATO BRANCO
ESTADO DO PARANÁ GABINETE DO PREFEITO

MENSAGEM Nº 88/2021

Câmara Municipal de Pato Branco
PROTOCOLO GERAL 2074/2021
Data: 02/08/2021 - Horário: 11:07
Legislativo - PLO 123/2021

Senhor Presidente,

Senhores(as) Vereadores(as),

Valemo-nos da presente mensagem para encaminhar a esta Colenda Casa Legislativa o anexo Projeto de Lei que visa à alteração de dispositivo da Lei nº 2.873, de 27 de novembro de 2007, que criou o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS e instituiu o Conselho Gestor do FMHIS.

Os Conselhos de Direitos se caracterizam como órgãos colegiados e permanentes, orientados pelo princípio da paridade, garantindo a representação de diferentes segmentos sociais e tendo por incumbência formular, supervisionar e avaliar as políticas públicas nas esferas: federal, estadual e municipal.

Nesse sentido, os conselhos foram institucionalizados a partir da Constituição Federal de 1988, atuando na definição de prioridades das políticas públicas, acompanhando os serviços prestados à população, fiscalizando e monitorando as ações da administração pública.

Seu caráter de atuação pode ser consultivo, normativo e deliberativo, bem como fiscalizador de políticas públicas pertinentes a atuação do Conselho. Entretanto, não possui caráter executivo, tendo em vista que a implementação das políticas por ele propostas ocorre por meio de protocolos específicos na esfera da administração municipal.

Para tanto, o Executivo Municipal, através do Departamento de Políticas Habitacionais da Secretaria Municipal de Assistência Social, identificou a necessidade de alterar a composição do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, de modo a torná-lo um órgão autônomo e deliberativo.

Câmara Mun de Pato Branco
Fls. 2

Assim, faz-se necessária a alteração da redação do art. 5º da Lei nº 2.873, de 27 de novembro de 2007, a qual criou o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS e instituiu o Conselho Gestor do FMHIS.

Cumprimentando Vossas Senhorias, na certeza da aprovação deste Projeto, colhemos o ensejo para expressar protestos de elevada consideração e apreço.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, em 20 de julho de 2021.

ROBSON CANTU
Prefeito Municipal

Câmara Mun de Pato Branco
Fls. 3
5

MUNICÍPIO DE
PATO BRANCO
ESTADO DO PARANÁ GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº 123/2021

Altera dispositivo da Lei nº 2.873, de 27 de novembro de 2007, que criou o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS, institui o Conselho Gestor do FMHIS e dá outras providências.

Art. 1° O art. 5º da Lei nº 2.873, de 27 de novembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º O Conselho Gestor é órgão permanente de caráter consultivo, normativo, deliberativo e fiscalizador, será composto pelos seguintes órgãos e entidades:
I - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
II - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano;
III - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Engenharia e Obras;
IV - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças;
V - 1 (um) representante da Secretaria Municipal do Meio Ambiente;
VI - 2 (dois) representantes da União das Associação de Moradores de Pato Branco;
VII - 1 (um) representante da Associação Comercial e Empresarial de Pato Branco - ACEPB;
VIII - 1 (um) representante da Caixa Econômica Federal;
IX - 1 (um) representante da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Pato Branco.
§ 1º A Presidência do Conselho será exercida pelo representante da Secretaria Municipal de Assistência Social. (NR).
....."

Art. 2° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ROBSON CANTU
Prefeito Municipal

Fls. 4
Visto

Projeto de Lei nº 123/2021
Autoria: Executivo Municipal

PARECER JURÍDICO

O Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 88/2021, que tem por objetivo alterar a Lei nº 2.873/2007, especificamente em relação à composição do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS.

Nas justificativas, o Executivo alega, sucintamente, sobre a importância do Conselho Gestor, de forma que foi identificada a necessidade de alteração pontual, a fim de torna-lo um órgão autônomo e deliberativo.

É o conciso resumo. Passa-se, adiante, às razões do presente parecer.

Cabe-nos, em sede de parecer jurídico, analisar a competência legislativa do caso em comento, de sorte que a análise meritória caberá a cada vereador quando da discussão e deliberação plenária.

Quanto a este aspecto, é a redação do art. 32, §2º, III, da Lei Orgânica:

> Art. 32 [...]
> § 2º São de iniciativa exclusiva do Prefeito Municipal leis que disponham sobre: [...]
> III - criação, estruturação e atribuições das Secretarias e órgãos da Administração Pública.

O objeto da proposição é simples e desmerece maiores digressões a respeito, até porque a alteração é pontual e diz respeito somente à composição do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS.

Desta feita, sem mais delongas, tendo em vista a correspondência quanto à competência, opina-se favoravelmente à alteração proposta pelo Projeto sob análise, devendo o mesmo seguir normal tramitação regimental.

Documento enviado eletronicamente através do SAPL

Fls 5
Visto

É o parecer.

Pato Branco, 2 de setembro de 2021.

LUCIANO BELTRAME
Procurador Legisaltivo

Fls. 6
Visto

PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Câmara Municipal de Pato Branco

PROTOCOLO GERAL 2511/2021
Data: 08/09/2021 - Horário: 18:57
Legislativo - PCRJ 60/2021

TIPO DE MATÉRIA: PROJETO DE LEI Nº 123/2021

EMENTA: Altera dispositivo da Lei nº 2.873, de 27 de novembro de 2007, que criou o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS, institui o Conselho Gestor do FMHIS e dá outras providências.

AUTOR: Executivo Municipal

DATA DO PROTOCOLO DA MATÉRIA: 2 de agosto de 2021

RELATOR: Claudemir Zanco - PL

I - RELATÓRIO E ANÁLISE

Em sua justificativa o proponente, Executivo Municipal, através do Departamento de Políticas Habitacionais da Secretaria Municipal de Assistência Social, identificou a necessidade de alterar a composição do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, de modo a torná-lo um órgão autônomo e deliberativo.

II - TÉCNICA LEGISLATIVA

Em relação a proposição em tela, verificando a técnica legislativa mostra-se dentro das condições exigidas e este relator não apresentará emendas.

III - VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, opto por exarar **parecer favorável.**

Pato Branco, 8 de setembro de 2021.

Claudemir Zanco - PL
Relator

Fls 1
Visto

IV - CONCLUSÃO

Os membros da Comissão de Justiça e Redação, conforme dispõe o inciso I do art. 51 do Regimento Interno, em reunião, após análise, manifestamo-nos **FAVORAVELMENTE** à regimental tramitação do Projeto de Lei nº123/2021.

Pato Branco, 8 de agosto de 2021.

Eduardo Albani Dala Costa - MDB
Membro

Romulo Faggion- PSL
Membro

Dirceu Luiz Boareto - Podemos
Presidente da Comissão

Thania Maria Caminski Ghelen
Membro

Fls. 8
Visto

PARECER DA COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Câmara Municipal de Pato Branco
PROTOCOLO GERAL 2614/2021
Data: 15/09/2021 - Horário: 15:32
Legislativo - PCPP 33/2021

TIPO DE MATÉRIA: PROJETO DE LEI Nº 123/2021

EMENTA: Altera dispositivo da Lei nº 2.873, de 27 de novembro de 2007, que criou o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS, instituiu o Conselho Gestor do FMHIS e dá outras providências.

AUTOR: Executivo Municipal

DATA DO PROTOCOLO DA MATÉRIA:02/08/2021

RELATOR: Marcos Marini

I – RELATÓRIO E ANÁLISE

O Projeto em questão, de autoria do Executivo Municipal, busca junto esta Casa de Leis, autorização para alterar dispositivo da Lei nº 2.873, de 27 de novembro de 2007, que criou o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS, instituiu o Conselho Gestor do FMHIS e dá outras providências, conforme mensagem nº 88/2021.

Em sua justificativa o Executivo evidencia, que os Conselhos de Direitos se caracterizam como órgãos colegiados e permanentes, orientados pelo princípio da paridade, garantindo a representação de diferentes segmentos sociais e tendo por incumbência formular, supervisionar e avaliar as políticas públicas nas esferas: federal, estadual e municipal.

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 9
Visto

Adicionalmente, também justifica que os conselhos foram institucionalizados a partir da Constituição Federal de 1988, atuando na definição de prioridades das pollticas públicas, acompanhando os serviços prestados à população, fiscalizando e monitorando as ações da administração pública. Seu caráter de atuação pode ser consultivo, normativo e deliberativo, bem como fiscalizador de políticas pllblicas pertinentes a atuação do Conselho. Entretanto, não possui caráter executivo, tendo ern vista que a implementação das políticas por ele propostas ocorre por meio de protocolos especificas na esfera da administração municipal.

Para tanto, o Executivo Municipal, através do Departamento de Políticas Habitacionais da Secretaria Municipal de Assistência Social, identificou a necessidade de alterar a composição do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, de modo a torná-lo um órgão autônomo e deliberativo.

O Parecer Jurídico dessa Casa de Leis, enfatiza que o "objeto da proposição é simples e desmerece maiores digressões a respeito, até porque a alteração é pontual e diz respeito somente à composição do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS".

Foi analisada a matéria na sua íntegra, inclusive os documentos anexados referentes, e exarado o Parecer.

Câmara Mun. De Pato Branco
Fls. 10
Visto

II - VOTO DO RELATOR

Após análise criteriosa do projeto, e com base no parecer da Assessoria Jurídica da Câmara Municipal, opto por exarar **PARECER FAVORÁVEL** ao Projeto Nº 123/2021 do Executivo Municipal à sua aprovação por esta Casa de Leis.

Pato Branco, 15 de setembro de 2021.

Marcos Marini
Vereador Podemos
Relator

Fls. 11
Visto

I - CONCLUSÃO

Os membros da Comissão de Políticas Públicas, conforme dispõe o inciso I do art. 51 do Regimento Interno, exaram **PARECER FAVORÁVEL** ao Projeto de Lei Nº 123/2021.

Pato Branco, 15 de setembro de 2021.

Januário Koslinski
Membro

Maria Cristina de Oliveira Rodrigues Hamera
Membro

Fls. 12
Visto

PARECER DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Câmara Municipal de Pato Branco
PROTOCOLO GERAL 2685/2021
Data: 21/09/2021 - Horário: 17:22
Legislativo - PCOF 107/2021

TIPO DE MATÉRIA: Projeto de Lei Ordinária nº 123/2021

EMENTA: Altera dispositivo da Lei nº 2.873, de 27 de novembro de 2007, que criou o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS, institui o Conselho Gestor do FMHIS e dá outras providências.

AUTOR: Robson Cantu

DATA DO PROTOCOLO DA MATÉRIA: 2 de agosto de 2021

RELATOR: Rafael Celestrin - PSD

I - RELATÓRIO E ANÁLISE

O Projeto de Lei nº 123/2021 foi encaminhado pelo Prefeito Robson Cantu, a esta Casa Legislativa através da Mensagem nº 88/2021.

O objetivo é alterar a Lei nº 2.873/2007, especificamente em relação à composição do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS.

Nas justificativas, o proponente Executivo Municipal, alega sobre a importância do Conselho Gestor, de forma que foi identificada a necessidade de alteração pontual, a fim de torna-lo um órgão autônomo e deliberativo.

O objeto da proposição é simples e desmerece maiores digressões a respeito, até porque a alteração é pontual e diz respeito somente à composição do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS.

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 13
Visto

Conselho Gestor Lei Ordinária nº 2.873, de 27 de novembro de 2007

I – Prefeito do Município de Pato Branco;
II – Um representante da Secretaria Municipal de Engenharia, Obras e Serviços Públicos, que exercerá a sua Vice-Presidência;
III – Um representante do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Pato Branco – IPPUPB;
IV – Um representante da Secretaria Municipal de Ação Social e Cidadania;
V – Um representante da União das Associações de Moradores de Pato Branco;
VI – Um representante da Associação Comercial e Empresarial de Pato Branco - Acepb;
VII – Um representante da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Pato Branco – Area;
VIII – Um representante da Caixa Econômica Federal;
IX – Um representante da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.
§ 1º. A Presidência do Conselho Gestor do FMHIS será exercida pelo Prefeito Municipal de Pato Branco.
§ 2º. O Presidente do Conselho Gestor do FMHIS exercerá o voto de qualidade.
§ 3º. Competirá à Secretaria Municipal de Engenharia, Obras e Serviços Públicos, proporcionar os meios necessários para o exercício das competências do Conselho Gestor do FMHIS.
§ 4º. Os membros acima identificados possuirão seus respectivos suplentes.
§ 5º. Os representantes do Conselho Gestor, com exceção do Prefeito Municipal, possuirão mandato de 02 (dois) anos, permitida sua recondução para um mandato sucessivo.

"Art. 5° O Conselho Gestor é órgão permanente de caráter consultivo, normativo, deliberativo e fiscalizador, será composto pelos seguintes órgãos e entidades:

I - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
II - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano;
III - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Engenharia e Obras;
IV - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças;
V - 1 (um) representante da Secretaria Municipal do Meio Ambiente;
VI - 2 (dois) representantes da União das Associação de Moradores de Pato Branco;
VII - 1 (um) representante da Associação Comercial e Empresarial de Pato Branco - ACEPB;
VIII - 1 (um) representante da Caixa Econômica Federal;
IX - 1 (um) representante da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Pato Branco.

§ 1° A Presidência do Conselho será exercida pelo representante da Secretaria Municipal de Assistência Social. (NR).

Câmara Mun. De Pato Branco
Fls. 14
Visto

II - VOTO DO RELATOR

Após análise do projeto, levando em consideração que esta Comissão deve emitir Parecer de cunho orçamentário, conforme Art. 63 do Regimento Interno, compreendo que o mesmo encontra-se apto a seguir seu trâmite normal, por isso o voto desta relatoria é FAVORÁVEL à tramitação e aprovação por esta Casa de Leis.

Pato Branco, 21 de setembro 2021 .

Rafael Celestrin
Vereador - PSD

III - CONCLUSÃO

Os membros da Comissão de Orçamento e Finanças, conforme dispõe inciso I do art. 51 do Regimento Interno, analizaram a matéria na sua íntegra , inclusive os documentos referentes, são favoráveis ao VOTO DO RELATOR ao Projeto de Lei Ordinária nº 123/2021.

Sala das Comissões, 21 de setembro 2021.

Lindomar Rodrigo Brandão - DEM
Presidente da Comissão

Marcos Junior Marini - Podemos
Membro

Câm. Mun. de Pato Branco
Fls 15

Crédito de R$ 1 milhão para ampliação do CMEI do Menino Deus é aprovado

Cristina Vargas
cristina@diariodosudoeste.com.br

A Câmara Municipal de Pato Branco aprovou na sessão ordinária dessa segunda-feira (27), o Projeto de Lei nº 142, de 2021, autorizando a abertura de crédito especial ao Executivo, no valor de R$ 1 milhão, junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

O recurso é provenientes de superávit financeiro do exercício anterior e será destinado ao pagamento de indenização à Mitra Diocesana de Palmas, proprietária do imóvel declarado de utilidade pública, por meio do Decreto nº 8.959, de 5 de julho de 2021, que será utilizado para ampliação do Centro Municipal de Educação Infantil do Bairro Menino Deus.

Pelo projeto, o imóvel possui área de 1.598,98m² e conta com uma edificação de 375m², na qual será possível, após as adequações necessárias, a abertura de seis salas de aula, criando novas vagas para atender as crianças do bairro Menino Deus e seu entorno, que, atualmente, conta com 221 crianças em fila de espera por vagas. Além disso, o espaço também será adequado para a instalação de um parquinho e para o desenvolvimento de atividades de lazer ao ar livre.

Comitê do transporte escolar

Na sessão de ontem (27) também teve a primeira votação e aprovação do Projeto de Lei nº 122, de 2021, de autoria do Executivo, que cria o Comitê Municipal do Transporte Escolar, com a finalidade de acompanhar as condições de oferta e aplicação de recursos, do transporte escolar público municipal.

Será composto por um representante da Secretaria Municipal de Educação; um representante dos diretores da Rede Estadual de Ensino; um representante dos diretores da Rede Municipal de Ensino; e um representante de pais dos alunos. A nomeação terá um titular e um suplente.

Conselho de habitação

Também foi aprovado em primeira votação o Projeto de Lei nº 123, de 2021, de autoria do Executivo, que altera o dispositivo da Lei nº 2.873, de 27 de novembro de 2007, que criou o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS) e instituiu o Conselho Gestor do FMHIS.

Com a alteração, foi excluído da composição do Conselho, o prefeito; substituído o representante do IPPUPB pelo representante da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano; excluído um representante da União das Associações de Moradores de Bairros de Pato Branco [que era três e passa a ser dois]; e incluído um representante da Secretaria Municipal do Meio Ambiente.

Ainda pela alteração, a presidência passa a ser exercida por um representante da Secretaria Municipal de Assistência Social. De acordo com o projeto, "o Departamento de Políticas Habitacionais da Secretaria Municipal de Assistência Social, identificou a necessidade de alterar a composição do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, de modo a torná-lo um órgão autônomo e deliberativo".

ASSESSORIA/CMPB



Criado Comitê Municipal do Transporte Escolar e aprovado projeto que alteração composição do Conselho Gestor do FMHIS



PELO PARANÁ

ADIPR

Bolsonaro no PR

O líder do governo na Câmara, deputado Ricardo Barros (PP-PR), confirmou por meio das redes sociais que a presença do presidente Jair Bolsonaro na inauguração da ampliação do aeroporto de Maringá está "confirmadíssima" após ele testar negativo para a Covid-19. De acordo com Barros, serão investidos R$ 110 milhões entre obras e equipamentos. "Maringá logo será um hub de cargas aéreas", previu o parlamentar.

Teste negativo

O presidente Jair Bolsonaro recebeu neste domingo, 26, o resultado negativo de exame para Covid. Bolsonaro estava em quarentena desde terça-feira passada, por orientação da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), após o ministro Marcelo Queiroga (Saúde) ter confirmado infecção. O resultado do exame foi confirmado por um auxiliar do presidente.

Crédito Rural

O Deputado Federal Sérgio Souza (MDB) e Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária foi designado relator do PL 4720/2016, que altera a atual fonte de recursos da Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural para a conta Operações de Crédito Rural (OOC). O seguro rural é um importante mecanismo de política agrícola, que permite aprimorar e proteger a atividade agropecuária por meio da prevenção e da redução dos riscos. Atualmente, a fonte desse seguro vem do orçamento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Saúde da mulher

O prefeito de Guarapuava, Celso Góes (Cidadania), sancionou a Lei 3194/2021que estabelece o fornecimento gratuito de absorvente íntimo higiênico às mulheres de baixa renda ou em vulnerabilidade social, tornando-a uma Política Municipal de Combate e Erradicação da Pobreza Menstrual, e a democratização do acesso às informações e serviços de saúde em Guarapuava. 'Guarapuava têm diversos programas que são referência no atendimento às necessidades das mulheres, principalmente daquelas que não tem acesso ao mínimo para manter a saúde e a higiene. Tenho a convicção de que, com o apoio do poder público, a vidas de muitas mulheres serão transformadas", afirma o prefeito.

Conscientização

A Prefeitura de São José dos Pinhais, em parceria com a Sanepar, promoveu capacitações na área de Esgotamento Sanitário para as empresas Logossolar e Sanesb. Com a capacitação os colaboradores realizarão visitas de conscientização ambiental e vistorias hidrossanitárias às empresas. Serão realizados mais de 20 (vinte) mil vistorias hidrossanitárias, distribuídas em 18 (dezoito) bairros, em cinco bacias hidrográficas no município. O trabalho será realizado em um período de 18 (dezoito) meses.

Os mil dias

O senador Oriovisto Guimarães (Podemos) fez uma análise do governo Jair Bolsonaro nestes mil dias, o qual o presidente ocupa o Palácio do Planalto. "Neste terceiro ano de governo Bolsonaro, é forçoso admitir que o país teve e segue tendo o azar de ser acometido pela pandemia, mas não é somente azar. Vemos também uma enorme incompetência administrativa, de um governo que se entregou ao Centrão, não soube negociar com os outros poderes da República e criou crises desnecessárias, para depois pedir desculpas a seus inimigos prediletos", disse.

Vagas remanescentes

A Unioeste lançou o edital do Processo Seletivo das Vagas Remanescentes (Provare) para ingresso de alunos nos cursos de graduação da instituição, na modalidade presencial, para o ano letivo de 2021. As inscrições são gratuitas, de 27 de setembro a 13 de outubro, exclusivamente em www.unioeste.br/provare. A divulgação da classificação ocorrerá no dia 18 de outubro, e o resultado da análise documental, no dia 22. O início do ano letivo está previsto para o dia 3 de novembro.

Da Redação ADI-PR | Coluna publicada simultaneamente em 22 jornais e portais associados. jornalismo@adipr.com.br

Câm. Mun. de Pato Branco
Fls. 16

PROJETO DE LEI Nº 123/2021

Altera dispositivo da Lei nº 2.873, de 27 de novembro de 2007, que criou o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS, instituiu o Conselho Gestor do FMHIS e dá outras providências.

Art. 1° O art. 5º da Lei nº 2.873, de 27 de novembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º O Conselho Gestor é órgão permanente de caráter consultivo, normativo, deliberativo e fiscalizador, será composto pelos seguintes órgãos e entidades:
I - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
II - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano;
III - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Engenharia e Obras;
IV - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças;
V - 1 (um) representante da Secretaria Municipal do Meio Ambiente;
VI - 2 (dois) representantes da União das Associação de Moradores de Pato Branco;
VII - 1 (um) representante da Associação Comercial e Empresarial de Pato Branco - ACEPB;
VIII - 1 (um) representante da Caixa Econômica Federal;
IX - 1 (um) representante da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Pato Branco.
§ 1º A Presidência do Conselho será exercida pelo representante da Secretaria Municipal de Assistência Social. (NR)
....."

Art. 2° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câm. Mun. de Pato Branco
Fls 11

SECRETARIA DE GABINETE
LEI Nº 5.820, DE 1º DE OUTUBRO DE 2021

Altera dispositivo da Lei nº 2.873, de 27 de novembro de 2007, que criou o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS, instituiu o Conselho Gestor do FMHIS e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:
Art. 1° O art. 5º da Lei nº 2.873, de 27 de novembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 5º O Conselho Gestor é órgão permanente de caráter consultivo, normativo, deliberativo e fiscalizador será composto pelos seguintes órgãos e entidades:
I - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
II - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano;
III - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Engenharia e Obras;
IV - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças;
V - 1 (um) representante da Secretaria Municipal do Meio Ambiente;
VI - 2 (dois) representantes da União das Associações de Moradores de Pato Branco;
VII - 1 (um) representante da Associação Comercial e Empresarial de Pato Branco - ACEPB;
VIII - 1 (um) representante da Caixa Econômica Federal;
IX - 1 (um) representante da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Pato Branco.
§ 1º A Presidência do Conselho será exercida pelo representante da Secretaria Municipal de Assistência Social. (NR) ....."
Art. 2° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, em 1º de outubro de 2021.

ANGELA PADOAN
Prefeita Municipal em Exercício

Publicado por:
Janayna Patricia Bortoli Hammerschmidt
Código Identificador:4C3DC635

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 05/10/2021. Edição 2363
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
http://www.diariomunicipal.com.br/amp/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL - PARANÁ

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO (2ª parte)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2021 – Processo Licitatório 66/2021

De acordo com o parecer jurídico e em consonância com a ata de Sessão Eletrônica de abertura do procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico nº 48/2021, cujo objeto é a aquisição de móveis sob medida destinados para as escolas municipais e para o CRAS, conforme projetos anexos, conforme quantidades, especificações e condições descritas no Termo de Referência constante do Anexo I do Edital, HOMOLOGO por seus próprios fundamentos, determinando que seja ADJUDICADO o seu objeto à favor das empresas licitantes abaixo descritas, conforme itens e valores relacionados:

EMPRESA LICITANTE: MOVEIS INDUSTRIAL CANILI - EIRELI - EPP - CNPJ: 26.582.783/0001-55

Item	Descrição do Item	Unid.	Marca	Qtde.	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
4	ESCANINHO - SALA DE PLANEJAMENTO - ESCOLA MUNICIPAL IRMÃ NELI: [illegible]	Und	Moveis Industrial Canili	1	2.023,00	2.023,00
21	ARMÁRIO COMPOSTO POR VINTE E DUAS PRATELEIRAS, QUATRO DIVISÓRIAS VERTICAIS, DEZOITO GAVETAS E SEIS PORTAS DE CORRER. [illegible]	Und	Moveis Industrial Canili	1	6.290,00	6.290,00
24	Balcão de cozinha em MDF [illegible]	Und	Moveis Industrial Canili	1	[illegible]	[illegible]
VALOR TOTAL HOMOLOGADO PARA A EMPRESA	R$ 12.053,00 (Doze Mil e Cinquenta e Três Reais)					

EMPRESA LICITANTE: PATRICIA DE MORAES HINZ - EPP - CNPJ: [illegible]

Item	Descrição dos Itens	Unid.	Marca	Qtde.	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
2	ARMÁRIO - SECRETARIA - ESCOLA MUNICIPAL IRMÃ NELI: [illegible]	Und	Rigeria	1	2.700,00	2.700,00
3	MESA EM L - SECRETARIA - ESCOLA MUNICIPAL IRMÃ NELI: [illegible]	Und	Rigeria	1	[illegible]	[illegible]
9	ARMÁRIO - SALA DE PLANEJAMENTO - ESCOLA MUNICIPAL IRMÃ NELI: [illegible]	Und	Rigeria	1	[illegible]	[illegible]
11	ESCANINHO - CMEI VOVÓ HELENA: [illegible]	Und	Rigeria	1	[illegible]	[illegible]
16	MESA EM L - CMEI VOVÓ HELENA: [illegible]	Und	Rigeria	1	[illegible]	[illegible]
19	ARMÁRIO - SALA CHEFIA DE GABINETE: [illegible]	Und	Rigeria	1	5.900,00	5.900,00
20	BALCÃO SALA CHEFIA DE GABINETE: [illegible]	Und	Rigeria	1	640,00	640,00
22	BALCÃO COM ALTURA DE 70CM, COMPRIMENTO DE 70 CM E LARGURA DE 55 CM, COMPOSTO POR UM TAMPO, UMA GAVETA E DUAS PORTAS DE ABRIR COM UMA PRATELEIRA CENTRAL: [illegible]	Und	Rigeria	1	550,00	550,00
27	Balcão de cozinha em MDF [illegible]	Und	Rigeria	1	2.000,00	2.000,00
VALOR TOTAL HOMOLOGADO PARA A EMPRESA	R$ 17.090,00 (Dezessete Mil e Noventa Reais)					

EMPRESA LICITANTE: OSMAR CENY BASEGGIO - ME - CNPJ: [illegible]

Item	Descrição dos Itens	Unid.	Marca	Qtde.	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
5	BALCÃO - SALA DE PLANEJAMENTO - ESCOLA MUNICIPAL IRMÃ NELI: [illegible]	Und	Center Móveis	1	[illegible]	[illegible]
6	MESA REDONDA - SALA DE PLANEJAMENTO - ESCOLA MUNICIPAL IRMÃ NELI: [illegible]	Und	Center Móveis	1	240,00	240,00
7	MESA PARA COMPUTADOR SALA DE PLANEJAMENTO - ESCOLA MUNICIPAL IRMÃ NELI: Mesa para computador com altura de 80cm, comprimento de 100cm e largura de 60cm. Composta por dois apoios laterais, tampo, prateleira retrátil para teclado e fundo. As laterais e o tampo serão em MDF com espessura de 30mm, o restante em MDF com espessura de 18mm. Cores a definir.	Und	Center Móveis	1	640,00	640,00
8	MESA DE REUNIÕES - SALA DE PLANEJAMENTO - ESCOLA MUNICIPAL IRMÃ NELI: Mesa com dimensões de 200cm de comprimento, 100cm de largura e 80cm de altura. Composta por dois apoios (pés) laterais, tampo e viga central. Todas as peças serão em MDF com espessura de 5mm, em cores a definir.	Und	Center Móveis	1	2.190,00	2.190,00
10	NICHOS - SALA DE PLANEJAMENTO - ESCOLA MUNICIPAL IRMÃ NELI: Os nichos deverão ser fabricados em MDF com espessura de 18mm, em cores a definir. O nicho 01 será com 30cm de largura, 30cm de altura e 25cm de profundidade. O nicho 02 será com 35cm de largura, 73cm de altura e 25cm de profundidade e terá uma prateleira central. O nicho número 03 será de 73cm de comprimento, 30cm de altura e 25cm de profundidade. Deverão ser fabricadas duas unidades do nicho 02, duas unidades do nicho 03 e uma unidade do nicho 01.	Und	Center Móveis	1	540,00	540,00
12	BALCÃO - SALA DA DIREÇÃO - ESCOLA MUNICIPAL IRMÃ NELI: Balcão em MDF com 100cm de comprimento, 60cm de profundidade e 90cm de altura, composto por duas portas de giro e uma prateleira central. A estrutura externa do balcão será em MDF com espessura de 30mm. As portas serão compostas em mdf com espessura de 18mm, dobradiças metálicas de boa qualidade. Internamente o móvel será na cor branca e externamente cores a definir. Os puxadores serão em aço inox ou alumínio, parafusados com comprimento mínimo de 20cm, modelo a definir. O fundo poderá ser com chapa de 6mm, com o lado interno na cor branca.	Und	Center Móveis	1	660,00	660,00
13	MESA EM L - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL - PR: Mesa em formato L com tampo de dimensões de 140cm x 130cm, com 60cm de largura, base lateral e de quina e base com quatro gavetas localizadas no canto de porta de 140cm da mesa. O tampo terá espessura de 5mm, as bases laterais terão espessura de 3mm, e o restante do móvel com espessura mínima de 18mm. As gavetas devem possuir corrediças metálicas telescópicas de boa qualidade, os puxadores devem ser fabricados em aço inox ou alumínio, parafusados, com aproximadamente 20cm de comprimento, modelo a definir. As duas primeiras gavetas deverão ter fechadura metálica com chave. O interior das gavetas será na cor branca. Todo o lado externo terá cores a definir. Acompanhando a mesa, será produzido um suporte para CPU e Nobreak, todo em MDF, cores a definir, espessura de 18mm. Dimensões de 26cm de largura, 45cm de comprimento e 40cm de altura e uma prateleira com [illegible]	Und	Center Móveis	1	1.780,00	1.780,00
14	ARMÁRIO PARA PASTAS SUSPENSAS - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL - PR: [illegible]	Und	Center Móveis	1	4.800,00	4.800,00
15	ARMÁRIO - CMEI VOVÓ HELENA: [illegible]	Und	Center Móveis	1	1.520,00	1.520,00
VALOR TOTAL HOMOLOGADO PARA A EMPRESA	R$ 13.970,00 (Treze Mil e Novecentos e Setenta Reais)					

VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA LICITAÇÃO

R$ 43.113,00
(Quarenta e Três Mil e Cento e Treze Reais)

Bom Sucesso do Sul, 04 de Outubro de 2021.

NILSON ANTONIO FEVERSANI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL - PARANÁ

EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 170/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2021 - Processo Licitatório 68/2021 Homologado em 24/09/2021

CONTRATANTE: Município de BOM SUCESSO DO SUL, Estado do Paraná, com sede à Rua Cândido Machado, nº 290, Cidade de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, inscrito no CGC/MF nº 80.874.100/0001-86, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. NILSON ANTONIO FEVERSANI, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.022.984-0 e do CPF/MF nº 717.931.209-59, e

CONTRATADA: PARANÁ EQUIPAMENTOS S/A - CNPJ nº 76.527.951/0001-85, com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na ROD BR-116 KM 100, nº 11897, Bairro Hauer, CEP nº 81.690-100.

OBJETO: contratação de empresa para o fornecimento de equipamento, 01 trator de esteira novo, conforme descrição e características técnicas constantes no modelo 07 Anexo ao Edital.

VALOR E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: O valor global do contrato é de R$ 928.000,00 (Novecentos e Vinte e Oito Mil Reais). As despesas com o fornecimento dos objetos do contrato serão oriundas do Programa Paraná Urbano II (SISTEMA DE FINANCIAMENTO DE AÇÕES MUNICIPAIS – SFM) e contrapartida do município.

PRAZO DE FORNECIMENTO: 90 (noventa) dias contados da assinatura do Contrato.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias contados da data de assinatura do contrato.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 04 de Outubro de 2021.

FORO: Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná.

Bom Sucesso do Sul, 04 de Outubro de 2021.

NILSON ANTONIO FEVERSANI
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU ESTADO DO PARANÁ
PROCESSO Nº 126/2021 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 031/2021

OBJETO: Aquisição de padrão de energia aprovados pela Copel para atender a Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Serviços, conforme segue:

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL R$
01	01	UND	Padrão de energia 2x70 bifásico de acordo com as normas da Copel, sendo que o mesmo deverá ser entregue no local informado pela administração municipal e instalado	2.680,00	2.680,00
			Total ——— R$		2.680,00

PRAZO ENTREGA: 10 (dez) dias, após a emissão da ordem de compras.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 30 dias, a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado de acordo com a lei 8.666/93 e demais alterações.
CONTRATADA: ELETRO FISTAROL ADORAVA KALTDA
CNPJ Nº 07.188.584/0001-42
VALOR: R$ 2.680,00 (dois mil seiscentos e oitenta reais).
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado até 30 dias após entrega, mediante apresentação da nota fiscal assinada pelo responsável pelo Departamento.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Órgão 12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO E SERVIÇOS Unidade: 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO E SERVIÇOS Funcional Programática: 22.661.0017.2.037 – incentivo as atividades de indústria, comércio e serviços Elemento da Despesa: 3.3.90.30.26 – material elétrico e eletrônico Principal: 426 Desdobra: 3749
Fonte de Recurso: 0000 – recursos ordinários livres Valor da dotação: R$ 2.680,00
JUSTIFICATIVA: Enquadramento no art. 24, II da Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93) que define os casos de dispensa de licitação e dentre eles, no inciso II consta à possibilidade de ser dispensada a licitação para compras e outros serviços até o limite de 10% do limite estabelecido na alínea "a", do inciso II do art. 23 da Lei de Licitações, que presentemente está em R$ 176.000,00. Conforme Decreto Federal Nº 9.412, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

Gabinete do Prefeito, em 04 de outubro de 2021.

DARLEI TRENTO Prefeito Municipal

Estado do Paraná
Prefeitura Municipal de
SULINA
Rua Tupinambá, 63 - Fone: (46) 3244-8000 - Centro - CEP 85565-000 - Sulina - Paraná
PAÇO MUNICIPAL 23 DE JULHO
CNPJ 80.880.586/0001-43
prefeitura@sulina.pr.gov.br
www.sulina.pr.gov.br

DECRETO Nº 091/2021, DE 04 DE OUTUBRO DE 2021

Constitui o Conselho Municipal dos direitos da Pessoa com Deficiência e dá outras providências.

A publicação na íntegra dos atos acima encontram-se disponíveis no seguinte endereço eletrônico http://www.diariomunicipal.com.br/amp, edição do dia 05 de outubro de 2021, conforme Lei Autorizativa nº 327 de 07 de junho de 2017.

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA DESENVOLVIMENTO DE ESTÁGIO REMUNERADO E NÃO OBRIGATÓRIO, JUNTO AO MUNICÍPIO DE MARIÓPOLIS, PR – EDITAL 01/2021

X EDITAL DE CONVOCAÇÃO
PSS 01/2021

ENSINO MÉDIO

	Nome	RG	Curso	Nota
5º	Kalyandra Eduarda Echom	14.179.417-5 SESP PR	Ens. Médio	9.0
6º	Débora Crystine Carboni Colossi	13.592.114-4 SESP PR	Ens. Médio	8.9
7º	Andressa Albani Pereira	13.235.023-5 SESP PR	Ens. Médio	8.7

Mariópolis, 04 de Outubro de 2021.
MARIO EDUARDO LOPES PAULEK
PREFEITO MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA

DECRETO Nº. 241/2021

Exonera a pedido, o servidor MAIKON SIMÃO DE OLIVEIRA do cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 43, inciso IV da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado a pedido, conforme protocolo Nº48770 a partir de 27 de setembro de 2021, o servidor, **MAIKON SIMÃO DE OLIVEIRA**, matrícula **Nº1531-0** do cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 4 DE OUTUBRO DE 2021.

RAFAELA LOSI
Prefeita Municipal

MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA
PORTAL DO SUDOESTE
Praça Getúlio Vargas, nº. 71, Centro, Clevelândia Paraná
Cx. Postal nº. 61, CEP. 85.530-000 - Fone/Fax: (046) 3252-8000

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Considerando as informações constantes do processo licitatório, a Prefeita do Município de Clevelândia, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO a homologação do mesmo em nome dos licitantes adiante mencionados:

a) Processo nº	040/2021
b) Licitação nº	023/2021
c) Modalidade	PREGÃO ELETRÔNICO
d) Data de Adjudicação	22/09/2021
e) Data Homologação	24/09/2021
f) Objeto da Licitação	**Registro de preços para eventuais e futuras aquisições de materiais didáticos destinados aos profissionais da Rede Municipal.**

PROPONENTE	CNPJ	LOTE/ITENS	VALOR TOTAL LOTE/ITENS (R$)
ECO STORE - PAPELARIA PRESENTES E CONVENIENCIA LTDA	37.042.371/0001-70	01, 02, 03	R$ 26.133,00
VALOR TOTAL			R$ 26.133,00

Clevelândia-PR, 24 de setembro de 2021.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 074/2021 – PMM

OBJETO: Seleção de propostas visando a aquisição de equipamentos e material permanente, com a finalidade de atender as demandas do conselho tutelar da Secretaria de Assistência Social desta Municipalidade.
PREÇO MÁXIMO E ESPECIFICAÇÕES: Conforme edital.
DATA DE ABERTURA: 20 de Outubro de 2021 às 09h00min, na sede administrativa da Prefeitura Municipal, Departamento de Licitação, situada a Praça Francisco Assis Reis, 1060.
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O presente edital está à disposição no Departamento de Licitação e no site oficial do município www.mangueirinha.pr.gov.br.
Maiores informações pelo fone (046) 3243–1122.
Mangueirinha 04 de Outubro de 2021.
Publique-se
Dorli Netto
Pregoeiro

6º TERMO ADITIVO AO Nº 2824/2021, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE E A EMPRESA AUTO POSTO ZENI LTDA – ME, CNPJ/MF sob o nº [illegible] – O objeto a contratação de empresa especializada na comercialização de combustíveis para uso nos veículos, ônibus, caminhões e máquinas pertencentes à frota municipal do Município de Itapejara D'Oeste, conforme objeto do **Edital de Pregão Eletrônico Nº 047/2020**, Fica alterado o valor contratual, do item nº 01, passando de R$ [illegible] (um milhão duzentos e vinte mil, quarenta e seis reais e sessenta centavos), para R$ [illegible] (um milhão trezentos e dois mil, quinhentos e quatro reais e seis centavos), referente ao aumento do preço de R$ 0,37 litro de diesel S500, e alterado o valor contratual do item nº 03, passando de R$ [illegible] (novecentos e dois mil, cento e oitenta e dois reais e vinte e cinco centavos), para R$ [illegible] (novecentos e sessenta e seis mil, quarenta e quatro reais e setenta e cinco centavos), referente ao aumento de preços de R$ [illegible] litro de diesel S10, conforme repasse nos custos da distribuidora de combustível, conforme notas fiscais apresentadas, passando o valor total do contrato de R$ [illegible] (dois milhões cento e vinte e dois mil, duzentos e vinte e nove reais), para R$ [illegible] (dois milhões duzentos e sessenta e oito mil, quinhentos e quarenta e oito reais e noventa e seis centavos), conforme justificativa do Executivo Municipal e parecer jurídico, tudo de acordo com o Art. 57 e 65 da Lei nº 8.666/93. Itapejara D'Oeste, 04 (quatro) de outubro de 2021.

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO – ESTADO DO PARANÁ
LEI Nº 5.819, DE 1º DE OUTUBRO DE 2021

Cria o Comitê Municipal do Transporte Escolar e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeita, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Comitê Municipal do Transporte Escolar, nos termos da Lei Estadual nº 11.721, de 20 de maio de 1997 e da Resolução nº 777, de 18 de fevereiro de 2013, da Secretaria de Estado da Educação, com a finalidade de acompanhar as condições de oferta do transporte escolar público municipal, observando os seguintes critérios de composição:
I - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
II - 1 (um) representante dos Diretores da Rede Estadual de Ensino;
III - 1 (um) representante dos Diretores da Rede Municipal de Ensino; e
IV - 1 (um) representante de Pais e Alunos.
Art. 2º As indicações dos representantes do Comitê deverão ser registradas em ata, com a nomeação do representante e seu suplente.
Art. 3º Os representantes do Comitê terão mandato de no máximo 2 (dois) anos, permitida uma recondução por igual período.
Art. 4º A escolha do Presidente do Comitê Municipal de Transporte Escolar deverá ser feita pelos representantes previstos nos incisos II, III, IV do art. 1º desta Lei.
Art. 5º O Presidente poderá ser substituído, devendo ser imediatamente realizada a eleição para que outro membro complete o período restante do respectivo mandato.
Art. 6º A atuação dos membros do Comitê não será remunerada e é considerada atividade de relevante valor social.
Art. 7º Cabe ao Município garantir a infraestrutura e as condições materiais adequadas à execução plena das competências do Comitê.
Art. 8º São atribuições do Comitê:
I - analisar os relatórios bimestrais de controle de transporte diário dos alunos, contendo data, rota de transporte, número de alunos não atendidos, justificativas para as faltas e situação quanto à reposição de faltas, que deverão ser encaminhadas ao Núcleo Regional de Educação;
II - verificar a correta aplicação dos recursos, podendo requisitar ao Município cópia dos documentos que julgar necessário à aplicação dos recursos do transporte escolar;
III - realizar visitas técnicas para verificar a adequação e a regularidade do transporte escolar; e
IV - verificar a regularidade dos procedimentos encaminhando os problemas identificados ao NRE, para que as autoridades constituídas adotem as providências cabíveis e apliquem as penalidades, quando necessárias e observados o contraditório e a ampla defesa.
Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, em 1º de outubro de 2021.
ANGELA PADOAN
Prefeita Municipal em Exercício

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO – ESTADO DO PARANÁ
LEI Nº 5.820, DE 1º DE OUTUBRO DE 2021

Altera dispositivo da Lei nº 2.873, de 27 de novembro de 2007, que criou o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS, instituiu o Conselho Gestor do FMHIS e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeita, sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º O art. 5º da Lei nº 2.873, de 27 de novembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 5º O Conselho Gestor é órgão permanente de caráter consultivo, normativo, deliberativo e fiscalizador será composto pelos seguintes órgãos e entidades:
I - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
II - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano;
III - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Engenharia e Obras;
IV - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças;
V - 1 (um) representante da Secretaria Municipal do Meio Ambiente;
VI - 2 (dois) representantes da União das Associações de Moradores de Pato Branco;
VII - 1 (um) representante da Associação Comercial e Empresarial de Pato Branco - ACEPB;
VIII - 1 (um) representante da Caixa Econômica Federal;
IX - 1 (um) representante da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Pato Branco.
§ 1º A Presidência do Conselho será exercida pelo representante da Secretaria Municipal de Assistência Social.
(NR) ______________"
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, em 1º de outubro de 2021.
ANGELA PADOAN
Prefeita Municipal em Exercício

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO
EXTRATO TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL Nº 22/2021

PARTES	- MUNICÍPIO DE PATO BRANCO – ESTÁDIO OS PIONEIROS - AZURIZ FUTEBOL DE ALTA PERFORMANCE S/A
OBJETO	O uso do Estádio Municipal Os Pioneiros, edificado sobre o imóvel urbano Lote nº 001, Quadra nº 578, localizado na BR 480, nº 440 Bairro Bortot, constante da Matrícula nº 12273, do 2º Ofício de Registro Geral de Imóveis da Comarca de Pato Branco.
VIGÊNCIA	31 de dezembro de 2024
FORO	Comarca de Pato Branco - PR

Pato Branco, 1º de setembro de 2021.
ROBSON CANTU
Prefeito Municipal

Câm. Mun. de Pato Branco
Fls. 19

Pesquisar Matéria Legislativa

Pesquisa concluída com sucesso! Foi encontrada 1 matéria.

Resultados

PLO 123/2021 - Projeto de Lei Ordinária

Ementa:
Altera dispositivo da Lei nº 2.873, de 27 de novembro de 2007, que criou o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS, instituiu o Conselho Gestor do FMHIS e dá outras providências.

Apresentação: 2 de Agosto de 2021
Processo: 123 / 2021
Protocolo: 2074/2021 **Data Entrada:** 2 de Agosto de 2021
Autor: Robson Cantu 2021 a 2024 - Prefeito
Localização Atual: ARQUIVO - ARQ
Status: Sancionada
Data Fim Prazo (Tramitação):
Data Votação: 27 de Setembro de 2021
29 de Setembro de 2021
Data da última Tramitação: 1 de Outubro de 2021
Última Ação: SANÇÃO: Lei nº 5.820, de 1º de outubro de 2021. PUBLICAÇÃO: Publicada na página B2 do Jornal Diário do Sudoeste, edição nº 7988, de 5 de outubro de 2021 e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 5/10/2021. Edição 2363.
Matéria Anexada: Parecer Comissão Justiça e Redação nº 60 de 2021 **Data Anexação:** 8 de Setembro de 2021
Matéria Anexada: Parecer Comissão Políticas Públicas nº 33 de 2021 **Data Anexação:** 15 de Setembro de 2021
Matéria Anexada: Parecer Comissão Orçamento e Finanças nº 107 de 2021 **Data Anexação:** 21 de Setembro de 2021
Documentos Acessórios: 2
Texto Original
Norma Jurídica Vinculada: Lei Ordinária nº 5.820, de 01 de outubro de 2021

Desenvolvido pelo Interlegis em software livre e aberto. Release: 3.1.162-RC8

Conteúdo e dados sob licença Creative Commons 4.0
Atribuir Fonte - Compartilhar Igual

Câmara Municipal de Pato Branco
Rua Araribóia, 491
CEP: 85501-262 | Telefone: (46) 3272-1500
Site | Fale Conosco